

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****DIRETORIA DE COMPRAS**

INFORMAÇÃO Nº 5/2021/DIRETORIA DE COMPRAS
PROCESSO Nº 1450.01.0066394/2019-90

AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DENÚNCIA Nº: 1.066.880

DENUNCIANTE: A.C BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA

DENUNCIADOS: PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA
MÁRCIO FERNANDES GUIMARÃES JÚNIOR
ÂNGELO FERNANDO VAN DOORNIK
DANIELA AGUIAR RANGEL
LEANDRO DAVID METZKER
VANESSA ESTER PROFETA DA LUZ
LUDMILA DO ROSÁRIO MORAES

REFERÊNCIA: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1451044 000046/2019

A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS – SEJUSP/MG, por intermédio das autoridades **MÁRCIO FERNANDES GUIMARÃES JÚNIOR** - MASP 7.526.890, Superintendente de Infraestrutura à época dos fatos, **PABLO HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA FERREIRA** , MASP 1.448.128-7, Pregoeiro à época dos fatos, **ÂNGELO FERNANDO VAN DOORNIK** - MASP 1.277.422-0, Pregoeiro Suplente à época, e dos membros da equipe de apoio, à época, **DANIELA AGUIAR RANGEL** - MASP 1.189.941-6, **LEANDRO DAVID METZKER** - MASP 1.189.941-6, **VANESSA ESTER PROFETA DA LUZ** - MASP 1.352-124-0 e **LUDMILA DO ROSÁRIO MORAES** - MASP 1.352-124-0, respeitosamente, vem apresentar as **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** referentes à Denúncia 1.066.880, em tramitação perante a 2ª Câmara deste Tribunal de Contas.

Trata-se de Denúncia 1.066.880, promovida pela empresa A.C. Batista Alimentação Ltda., em trâmite na 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em face do processo licitatório nº 1451044 000046/2019, cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - Sei, sob o número 1450.01.0019173/2019-89 na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objeto o **fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais: Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa**, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, destinadas aos privados de liberdade e aos servidores públicos a serviço nas Unidades.

Na denúncia ora discutida, a denunciante alegou, em apertada síntese, que empresa vencedora do certame teria realizado os 124 (cento e vinte e quatro) lances da licitação em tempo "randômico", cobrindo todas as ofertas dos demais participantes em milésimos de segundo. Ponderou que tal fato seria humanamente impossível e, para fundamentar sua alegação, anexou à denúncia um laudo técnico, no qual foi apontado que os intervalos temporais ora questionados seriam característicos da utilização de programas de "robôs". Assim argumentou que a realização de lances pelo uso de *software* seria ilegal e teria frustrado o caráter competitivo do pregão eletrônico. Por fim, requereu, como medida cautelar, a suspensão do certame.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais manifestou-se preliminarmente e emitiu o relatório no qual apontou:

(...) Preliminarmente, cumpre observar que o objeto da denúncia é o mesmo do processo judicial n. 0943654-14.2019.8.13.0000 (numeração CNJ), que tramita na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais cumpre observar que o objeto da denúncia é o mesmo do processo judicial n. 0943654-14.2019.8.13.0000 (numeração CNJ), que tramita na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais,

Ocorre que, em face da existência de autonomia e independência entre as instancias administrativa, civil e penal, a referida decisão judicial não possui o condão de obstar a continuidade do rito próprio deste Tribunal de Contas, uma vez que não se trata de decisão penal que concluiu pela não-ocorrência material do fato ou pela negativa de autoria, Nesse sentido é o entendimento do STF.

(...) Portanto, o mencionado processo judicial não obsta o prosseguimento da presente denúncia, razão pela qual sua instrução deve seguir seu rito de maneira regular.

Diante disso, as autoridades apresentem defesa por meio da INFORMAÇÃO Nº 10/2020/DIRETORIA DE COMPRAS (20232508), protocolizada sob o número 6590311/2020 (20758495), qual já integra os autos e na qual pugnaram preliminarmente a ilegitimidade passiva da equipe de apoio, ilegitimidade do Superintendente de Infraestrutura Logística, à época, Sr. Márcio Fernandes Guimarães Júnior e o sobrestamento da denúncia 10.066.880, considerando as especificidades abordadas na referida denúncia, cujo objeto ainda se discutia nos processos judiciais 1.0000.19.094365-4/000 redistribuído à 1ª Instância e no Processo nº 5159084-76.2019.8.13.0024 -Tutela Cautelar Antecedente para produção de prova pericial.

Com efeito, foi requerido:

1. O **ACOLHIMENTO** das informações e esclarecimentos, porquanto tempestivas;

2. O **ACOLHIMENTO DAS PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA** dos membros da equipe de apoio, Srs. Daniela Aguiar Rangel, Leandro David Metzker, Vanessa Ester Profeta da Luz, Ludmila do Rosário Moraes, e do ex- Superintendente de Infraestrutura e logística, Sr. Márcio Fernandes Guimarães Júnior, haja vista não serem estas partes legítimas para figurar no feito;
3. O **ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR DE SOBRESTAMENTO DO PROCESSO**, nos termos do art. 171 da Resolução nº 102/2008, até julgamento do mérito das ações judiciais que se encontram em tramitação;
4. Após o deslinde das ações judiciais, caso eventualmente seja reconhecido de fato o uso de robô no certame ou reconhecido eventual ilegalidade, requer que seja **ACOLHIDA** a inexistência de responsabilidade das autoridades e o **ARQUIVAMENTO** do processo, haja vista não serem competentes pelo Sistema Portal de Compras.
5. Na eventualidade de Vossa Excelência não acolher a preliminar de sobrestamento do processo, que sejam então **ACOLHIDAS** as demais informações **ARQUIVANDO** a presente Denúncia.

Diante disso, considerando que os desdobramentos do Processo nº 5159084-76.2019.8.13.0024 -Tutela Cautelar Antecedente para produção de prova pericial, detinham o condão de elucidar os fatos apontados na presente Denúncia, de modo a permitir uma análise mais detida e apurada pelo *Parquet* de Contas, pois a ação tinha como objetivo a produção de prova de modo a comprovar se houve ou não o uso ilegal de softwares de robô durante o certame, cujos fatos foram os mesmos alegados na Denúncia 1.066.880 e no Mandado de Segurança 1.0000.19.094365-4/000, haja vista que na peça de ingresso da ação cautelar, a empresa A.C BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA, ora denunciante, ressaltou: "

A presente ação tem o objetivo de constituir provas pericial, por meio da qual obterá documentação que comprovará o direito perseguido pela autora, a qual busca comprovar que houve o uso ilegal de softwares de robôs em certame licitatório, no qual em igualdade de condições teria a mesma condições de ganhar.

Conforme o disposto no inciso III, do art. 381 do CPC, admite-se a antecipação da prova como forma da parte em obter prévio conhecimento dos fatos. O objetivo é obter um lastro probatório mínimo. Trata-se de hipótese em que, a partir da prova, as partes poderão avaliar suas chances de êxito em futura demanda judicial. (...)

Assim sendo, informamos que em 09/07/2021, o magistrado da 5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, considerando a manifestação da empresa, A.C BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA, homologou o pedido de desistência da ação cautelar e JULGOU EXTINTO O PROCESSO, nos termos do art. 485, VIII do Código de Processo Civil (32556194).

Por fim, a pretensão da empresa com a ação cautelar antecedente era "*comprovar que houve o uso ilegal de softwares de robôs em certame licitatório*". Todavia, com o resultado do processo, motivado pela manifestação de desistência da ação, transparente é o fato de que não assiste razão o para prosseguimento da presente Denúncia, considerando que foram informados e esclarecidos todos os apontamentos denunciados, ressaltando que esta Secretaria sempre agiu com estrita observância das diretrizes legais.

Destarte por tudo que foi exposto, considerando que foram informados e esclarecidos todos os apontamentos denunciados, mencionamos que esta Secretaria sempre agiu com estrita

observância das diretrizes legais, nesse sentido, os signatários que ora prestam as informações, **REQUEREM** o **ACOLHIMENTO** das informações complementares e **ARQUIVANDO** da presente Denúncia.

São estas, pois, as informações complementares que, respeitosamente, submetemos à consideração de Vossa Excelência.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 21 de julho de 2021.

Pablo Henrique de Oliveira Silva Ferreira

Pregoeiro à época

Ângelo Fernando Van Doornik

Pregoeiro Suplente à época

Márcio Fernandes Guimarães Júnior

Superintendente de Infraestrutura e Logística, à época dos fatos

Membros da equipe de Apoio, à época:

Daniela Aguiar Rangel

Leandro David Metzker

Vanessa Ester Profeta da Luz

Ludmila do Rosário Moraes

ANEXOS:

1 - Processo 5159084-76.2019.8.13.0024 - decisão de 09/07/2021 (32556194)



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Ester Profeta da Luz, Servidor(a) Público(a)**, em 21/07/2021, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pablo Henrique de Oliveira Silva Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 21/07/2021, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Fernandes Guimarães Júnior, Servidor(a) Público(a)**, em 21/07/2021, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Aguiar Rangel, Servidor(a) Público(a)**, em 21/07/2021, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro David Metzker, Servidor(a) Público(a)**, em 21/07/2021, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila do Rosario Moraes, Servidor(a) Público(a)**, em 21/07/2021, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelo Fernando Van Doornik, Servidor(a) Público(a)**, em 21/07/2021, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32455464** e o código CRC **084CDE73**.
